Desordem e Progresso: as alterações do espaço urbano de Vitória na crônica jornalística (1940-1960)

Lilian Rose Margotto

> Mas, lêem-se jornais como se ama, com uma venda nos olhos. Ouve-se as doces expressões do redator-chefe como as de uma amante.[1]

Palco de controvérsias, vaidades e novidades, em uma cidade que ainda ensaiava seus primeiros passos no processo de urbanização, o jornal **A Tribuna** é adotado aqui como fonte para um estudo sobre costumes, valores e transformações durante duas décadas (1940 –1960), na Capital do Espírito Santo. Como veículo de comunicação impressa, dividia o espaço apenas com um outro jornal, **A Gazeta**, que atuava como contraponto às opiniões, principalmente aquelas de cunho político, emitidas pelo periódico aqui estudado.

A TV ainda não havia chegado. E é por meio desse periódico que se encontra a previsão para início das transmissões e das transformações que poderiam estar em curso. Pelo tom da reportagem, era um fato muito esperado, anunciado como algo irreal, mas no qual, mesmo assim, os leitores deveriam acreditar:

> Não tenham dúvida, a captação de imagens de programas de televisão do Rio e de São Paulo, em nossa Capital, será uma realidade dentro em breve.[2]

A "revolução" que o título da reportagem prevê esbarra no recorte temporal adotado para esta pesquisa, que, no entanto, detecta em determinadas passagens do periódico a transformação insidiosa e lenta percebida por meio da perplexidade dos leitores e/ou jornalistas diante de certos fatos, dos dissabores que atormentavam alguns cidadãos, revoltados com a ruptura da ordem anterior, do orgulho dos cronistas locais ao apregoarem as melhorias urbanas e a instalação de indústrias na região. São esses aspectos aparentemente contraditórios do processo de urbanização que serão tratados aqui.

Apenas em 1940, com a organização oficial do Porto de Vitória, a cidade adquire um maior intercâmbio comercial com outros estados, aproximando-se dos principais portos brasileiros naquele momento, o de Santos e o do Rio de Janeiro.[3] A transformação do Porto de Vitória e o maior intercâmbio comercial decorrente atuaram como catalisadores do processo de urbanização, motivo pelo qual a

década de 40 é adotada como ponto de partida deste estudo.

A reorganização do Porto trouxe expectativas novas em relação ao progresso que poderia ocasionar para a Cidade. Uma reportagem de 1941 expressa algumas das expectativas que os capixabas acalentavam. O fato de ser uma cidade marítima, de posição considerada privilegiada frente ao estado de Minas Gerais, não só como exportadora, mas também como portadora de características inerentes a uma cidade que tinha tudo para se tornar cosmopolita. O Rio de Janeiro era adotado como parâmetro.

> Cidade marítima é sempre empório de comércio intenso, centro de tráfico contínuo, estância gozadora, cosmopolita. Seus portos teem a vibração incomum das populações adventícias, gastadoras e volúveis. [...] O Rio de Janeiro, a "Cidade Maravilhosa", por excelência, é um exemplo, aliás, bem convincente do que pode realizar uma "política de turismo" entre nós. O Rio é, pois, o paradigma da política que pleiteamos para Vitória.[4]

A urbanização dessa Cidade, simultaneamente tardia e súbita, também é passível de ser percebida na imprensa, não só a partir de uma coleta das notícias ou das opiniões veiculadas, explícitas ou subentendidas, mas também pelas próprias características do periódico que é objeto de análise aqui, quando comparadas com as transformações ocorridas com a imprensa no Brasil.

Caracterizada como sendo opinativa até os anos 50 deste século, a imprensa brasileira foi perdendo essa característica tanto por razões de ordem política, como a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o governo Vargas, quanto pelo própria lógica que daí em diante definiu a sobrevivência dos periódicos – concentrados cada vez mais nas mãos de grandes grupos empresariais, que adotavam regras de redação unificadas, separando opinião de informação. As técnicas de redação condizentes com o novo estilo de jornalismo "objetivo" permitiram a existência de diferenças de estilo de um periódico para outro, mas nivelaram o estilo e as opiniões no interior de um mesmo órgão.[5] Assim, quando se fala aqui das transformações que conduziram os jornais para o formato atual, no caso específico do periódico que é objeto de análise, pode-se observá-las em diferentes momentos, e adotadas de modo distinto, sob alguns aspectos. É o caso da linguagem empregada nas reportagens. Quando comparadas com a atual impessoalidade e aparente imparcialidade que se observam atualmente, causa certa perplexidade ao leitor que, ainda em 1960, apareçam certos comentários nas reportagens.

Por outro lado, foi justamente essa forma pessoal com que o jornalista claramente emite opiniões a respeito dos fatos, mesmo aqueles mais banais – como o aumento do preço da carne, ou um atropelamento – que permitiu a reunião de dados e informações sobre alguns aspectos da urbanização desta

Cidade, que, quando aparecem nas crônicas dos memorialistas, estão camufladas sob expressões de saudosismo, nas quais se tentava imprimir uma imagem poética do antigo passado, de um progresso já presente, ou, em um futuro muito próximo, saturado de todas as imagens comuns nesse tipo de descrição – prédios altos, ruídos, trânsito caótico, violência, declínio dos padrões de comportamento, etc. Esses aspectos serão tratados aqui a partir de três vertentes principais: uma delas aponta o que será denominado aqui de "benefícios" decorrentes do processo de urbanização, uma segunda, que é a contrapartida da primeira, é a que se denomina por "malefícios" deste processo e, por último, as medidas de ordem educativa, saneadora e/ou normatizadora da conduta no centro urbano. Incluem-se nessa última categoria os artigos que tratam de normas de comportamento dito "civilizado", os que abordam a divisão do espaço urbano em áreas próprias ou não para determinadas formas de comportamento.

O teor dos comentários emitidos pelos jornalistas permite uma análise muito clara dos propósitos desse jornal no que tange aos seus objetivos. Fica patente no texto de A Tribuna um distanciamento enorme das técnicas de redação atuais, que primam pela tentativa de objetividade, e impessoalidade da linguagem. Justamente por não primar pela tentativa de objetividade, de uma linguagem asséptica, que meios de comunicação de massa, tais como o jornal A Tribuna, fornecem informações relevantes no que tange às mentalidades de uma época.

> Os mass media são os veículos e as matrizes privilegiadas dasmentalidades [...][6]

Assim, o jornal expressa de forma muito clara o impacto que certas transformações no contexto urbano causam nos antigos moradores. O tão decantado "progresso", é perceptível não só por meio da menção às instalações de indústrias, estabelecimentos comerciais ou pela reorganização do espaço urbano, mas também pelas queixas a respeito de determinados fenômenos, inerentes ao processo de urbanização. Essas queixas, que aparecem principalmente exprimindo uma ruptura com a ordem anterior, são tecidas quase sempre em torno dos personagens aos quais se atribui o papel de protagonistas das transformações, recebidas como uma ruptura com a ordem anterior. No caso de Vitória, os migrantes são os personagens principais para os quais se deve voltar o olhar para que se compreenda este outro lado da urbanização. São eles, parcela crescente a partir dos anos 40 deste século, que contribuiram de forma decisiva para que o perfil da Cidade e os hábitos da população se alterassem. E é a análise, ainda que superficial, sobre o modo como ocorreu sua inserção no contexto pesquisado que revela uma outra outra face, às vezes cruel, do processo de urbanização.

A mendicância também aparece de forma sistemática nas reportagens, que a tratam, algumas vezes como um problema decorrente dos hábitos de pessoas pouco afeitas ao trabalho, enquanto outras, sem a pretensão de analisar a origem desse mal, consideram que se deve simplesmente

expurgá-lo do espaço urbano. Uma reportagem, publicada em 1941, já apresenta a mendicância como sendo um problema de Vitória, mas, longe de colocá-la como sintoma social, a localiza como fruto do problema particular das pessoas que se dedicam a tal atividade.

> A cidade está enfestada de falsos mendigos. [...] Existem ainda homens e mulheres que percorrem o comércio, as repartições públicas e as casas de famílias solicitando auxílio, ora para tratar de um filho, de um marido [...] Acontece que a caridade é apenas uma palavra explorada por elementos sabidos, que procuram somente o seu interesse . E o povo vái caindo.[7]

A chegada dos migrantes, a princípio vista com desconfiança pelos antigos moradores, e, mais tarde, quando o fenômeno adquire maiores proporções, com laivos de hostilidade, pode ser mais bem entendida quando se analisa o conteúdo de certas reportagens. Em 1941, por exemplo, logo no início do processo de migração mais acentuado para o Estado, duas reportagens, publicadas em um mesmo dia, trazem considerações interessantes sobre a prisão de dois baianos. O texto de uma delas, particularmente, é cristalino, no que se refere à forma como determinados setores da população local percebem a vinda de pessoas de outras localidades com um intuito que não fosse inserir-se em uma ordem já estabelecida. Encarados como os sujeitos que efetuam a ruptura com a ordem anterior, ou talvez como a personificação dessa ruptura, tal constatação fica evidente, na forma como o jornalista narra o fato:

> De quando em quando noticiamos nestas colunas, a prisão de larápios que aqui aportam não com o fim de procurar trabalho, na conquista do pão de cada dia, mas visando levarem uma vida de malandragem, explorando o próximo. [...][8]

Alguns anos depois, em 1944, uma reportagem coloca a situação da Cidade como estando insustentável sob esse aspecto. E o título do texto – "A Cidade está cheia de forasteiros" – não deixa qualquer dúvida quanto à procedência dos responsáveis pela insegurança que, no entender do jornalista, tomou conta de Vitória. O texto é revelador da desconfiança que os capixabas nutriam em relação àqueles provenientes de outros estados. A argumentação do autor parte do princípio de que os "da terra" não seriam capazes de cometer tais ações, dada a formação do seu caráter:

> Em plena luz do dia plantam-se esses audaciosos indivíduos nas ruas mais movimentadas e despreocupadamente, aguardam a oportunidade para assaltar a carteira do próximo. Sabemos perfeitamente que tais ocorrências não são praticadas por elementos da terra, pois o capichaba é de índole honesta e tem verdadeira aversão à malandragem.[9]

Quinze anos após, uma nota, dessa vez não relatando nenhum fato concreto, mas apenas para manifestar uma opinião, aparece para esclarecer que os capixabas são receptivos aos que vêm de outros lugares, desde que estes procedessem de acordo com determinadas condições. Entretanto, o teor desse trecho difere dos demais por enfatizar, não mais um aspecto evidente e concreto dos que praticavam atos desonestos, mas por demonstrar que existiam também outras formas e imagens que escapavam do estereótipo do pobre.

> Certo, Vitória está cheia de creaturas de fora, mas que a amam muito mais do que os seus próprios filhos. Todavia, com os bons, honestos e bem intencionados, vêm os deshonestos e aventureiros, estes em pouco tempo, enquanto o diabo esfrega um ôlho, atingem posições com as quais os de casa jamais sonharam.[...] Vez por outra, a praça e a sociedade são lesadas por estranhos que nada mais são que larápios engravatados, cujos nomes passam a figurar nas colunas da "society" [...][10]

É provável que as peculiaridades do processo de urbanização pelo qual Vitória passou – simultaneamente tardia e súbita – tenham contribuído para que a sociedade local se mantivesse avessa aos que vinham de fora, desconfiada em relação àqueles que não conhecia. Um cronista local cita como características do povo capixaba a cautela e a desconfiança, demonstrando as vantagens decorrentes de tais hábitos:

> [...]o cuidado de se mostrar reservado com estranhos e desconhecidos tem feito com que no Espírito Santo os chamados "contos-do-vigário" e outras fraudes conhecidas sejam raras.[11]

Entretanto, essa cautela em relação aos "desconhecidos" talvez fosse mais aplicada quando se tratava de um tipo particular: aquele cujo perfil poderia ser descrito em uma palavra como sendo o de um "pobre." O cuidado que o autor do texto acima, vinte anos após o marco que se adota aqui como início de um processo de migração mais intenso, recomenda com os "larápios engravatados", talvez advenha justamente desse fato: a "reserva" do capixaba esmaecia-se quando o interlocutor, mesmo que proveniente de outras localidades, se apresentasse de acordo com uma imagem que, atendo-se aos padrões do vestir urbanos, não ferisse certos conceitos, e não revelasse pertencer a uma classe desfavorecida. As reportagens que narram os golpes mais-bem sucedidos, que mais demoraram para ser descobertos, são justamente aquelas que descrevem praticantes como pessoas "bem vestidas" ou de "aparência agradável". Mas, sem dúvida, é o modo como os jornalistas narram esses fatos, com acentuada perplexidade ou como se eles fossem realmente uma fatalidade da qual difi-cilmente se conseguisse escapar, que acentuam a metáfora de uma exclusão social muito

apoiada em padrões que hoje seriam classificados como ingênuos.

Uma dessas reportagens serve para demonstrar a facilidade que as pessoas provenientes de outros lugares poderiam ter para penetrar mesmo naqueles círculos sociais aparentemente mais restritos. É descrito um tipo muito semelhante, sob todos os aspectos, àquele para cuja, doze anos depois, o cronista da reportagem citada, sobre os forasteiros "engravatados", alerta existência. É possível que nesse intervalo de mais de uma década que separa este fato que será citado do alerta posterior do jornalista tenham ocorrido outros incidentes do tipo ou até que eles tenham se tornado bastante freqüentes. Trata-se de uma notícia sobre um "D. Juan granfino", que conseguira ludibriar a "alta roda" de Vitória, dizendo-se oficial da aeronáutica. Esse sujeito já havia conseguido "frequentar as sédes de nossas melhores sociedades bem como, (...) uma galeria de quinze fotografias com dedicatórias de senhoritas da sociedade (...)[12]. O modo e o motivo que levou à descoberta de que o mencionado sujeito não possuía os atributos que propagava é que não foram esclarecidos no texto do jornal que, possivelmente por decoro em relação aos que se sentiram ludibriados, só cita a existência de "queixas" recebidas pela polícia.

Contudo, as considerações precedentes sobre as características do povo que habitava a Ilha de Vitória ganham contornos mais precisos, quando se observam outros detalhes sobre o modo como as reportagens tratam das ocorrências policiais protagonizadas por pessoas provenientes de outros estados.

A reportagem citada a seguir, tomada como exemplo, entre muitas outras do mesmo teor encontradas, apresenta certas características que são recorrentes nos textos do jornal: o fato de citar o nome completo e procedência (quando de outra localidade) ou residência (quando residente em Vitória) dos envolvidos nos roubos, assaltos, acidentes, etc. Tal procedimento é corriqueiro. Entretanto, quando se tratava de uma denúncia sobre os filhos de ou sobre alguém que "tinha um nome a zelar", usava-se o sujeito indeterminado, embora, em algumas ocasiões, se ameaçasse publicar o nome dos envolvidos, no caso de persistirem com os costumes que estavam sendo condenados.

Várias são as reportagens nas quais o procedimento adotado era esse. Utilizamos aqui como exemplo uma que está ao lado de uma outra reportagem sobre um **ladrão de pão** – cita-se o nome completo e o apelido (Mineirinho) – que, após "alguns 'carinhos' que lhe foram dispensados pela polícia", confessou o crime. É ao lado desse texto, no qual a atitude da polícia é louvada, que ,em tom de aborrecimento, como se estivesse frente a uma algazarra de crianças, o jornal relata – e ameaça divulgar os nomes – que um grupo de "mocinhos bonitos" fazia depredações de toda ordem no Moscoso, na época, o principal parque da Cidade.[13]

Uma atitude assim, no sentido de ameaçar revelar o nome, possivelmente só era dotada de eficácia em um lugar onde as pessoas conheciam umas às outras e a revelação do nome não deixava dúvidas sobre o sujeito que era o objeto das considerações. Os desmentidos ou correções publicados no próprio jornal confirmam a assertiva anterior. Um exemplo é

uma reportagem publicada na coluna "Polícia e ruas", intitulada "Batalhão de Tarzans", que efetuava uma denúncia sobre um grupo de "moleques" que empunhavam armas e provocavam balbúrdia em plena praça de um bairro bastante populoso, sob o comando de alguns adultos, que, além de os incitarem a toda sorte de atos agressivos, também os maltravavam. No dia seguinte, o jornal publica uma carta de um dos indivíduos citados, na qual ele desmente o conteúdo da reportagem:

> [...] Não temos 'gangsters' entre nós e dos maus tratos que se dá a meninos é pura mentira e maldade do denunciante. As armas que possuímos é um bastãozinho e nada mais.[14]

No contexto local, pode-se entender o emprego desse tipo de linguagem e a existência desse tipo de espaço como decorrente de uma postura de denúncia que o jornal assumia e de um caráter opinativo perceptível sobre quase todas as reportagens publicadas. Denúncias que recaíam tanto sobre questões de ordem moral quanto sobre a carestia de um produto, um atendimento grosseiro, ou a falta de asseio em um restaurante. As páginas policiais exerciam assim uma função que se assemelhava, em muitos aspectos, a um "alerta" à população. Em 1945, aparece uma coluna intitulada "O povo reclama", que daí em diante separará as denúncias dos leitores das reportagens policiais. Estas, entretanto, continuarão a ter um caráter eminentemente opinativo durante todo o período pesquisado.

Ainda no que tange aos problemas decorrentes da urbanização, é possível citar, além destes aspectos tratados – nos quais se privilegiou a figura do migrante, por personificar aquele que supostamente abala uma ordem estabelecida – duas outras categorias de reportagens que também apontam para esses problemas. Uma delas refere-se às reportagens nas quais são colocadas situações concretas: pleiteiam melhorias para Vitória, apontadas como necessárias, dado o estágio de urbanização em que se encontrava. Outra categoria de reportagens trata, por assim dizer, da decadência de certos padrões de comportamento. Assim, uma reportagem de 1945, cujo título já é uma "chamada" para os governantes, vincula os efeitos do "progresso" à necessidade de melhorias, e utiliza para a argumentação que se segue, uma comparação com o Rio de Janeiro, ideal no qual Vitória tentava se espelhar.

> [...] O número de viventes da "Cidade Presepe" está, a cada dia, se avolumando. Os pedestres, transitam, diariamente pelas nossas vias à granel. [...] Vivemos uma época em que tudo deve ser feito às pressas. Todos, sem exceção alguma, procuram fazer das tripas coração, para o ganha-pão diário. E, não temos tempo a perder! [...] Pressa de andar ligeiro como relâmpago e pressa para enriquecer... Mas, vamos aos mictórios. [...] Nas grandes cidades existem em elevado número. Na Cidade

> Maravilhosa, Campos, São Paulo, etc. Por que não na nossa Capital ?[15]

As reportagens que tratam de denúncias sobre comportamentos considerados inadequados para o espaço urbano versam principalmente sobre a necessidade de se preservarem determinados valores. Os meios de comunicação de massa podem ser tomados também como instrumentos de difusão de determinados padrões de comportamento inerentes ao modo de vida urbano, atuando como uma agência socializadora.[16] Tais características devem ser consideradas, no caso do Brasil, presentes a partir dos anos 30 deste século e, quando transpostas para Vitória, após os anos 40. É possível perceber que, no início dos anos 40, esse fenômeno aparece de forma ainda incipiente, mas recrudesce à medida que o processo de urbanização e a migração aumentam.

Além do caráter opinativo que marca o estilo dos textos desse jornal, essas reportagens que serão analisadas aqui apresentam um texto que ultrapassa o teor meramente opinativo e resvala para o claramente educativo. Incluem-se nessa categoria aquelas que oferecem conselhos sobre a educação das crianças, opinam sobre o abandono de certos hábitos (desde aqueles relacionados ao vestuário até comportamento em sociedade) e, principalmente, uma série de comentários sobre as diferenças de comportamentos entre gerações. Assim, o conjunto desses escritos, acrescido de outros, que relatam fatos concretos mas em que estão claramente colocadas as opiniões dos jornalistas sobre o ocorrido, podem ser tomados como expressão de uma série de medidas de ordem educativa e/ou normatizadora dos comportamentos e propaganda de um estilo de vida mais próximo de determinados padrões.

Assim, algumas reportagens apresentam uma clara tentativa de justificar e/ou estabelecer uma divisão do espaço urbano. O conteúdo de tais textos é bastante explícito no vínculo que estabelece entre a inviabilidade da persistência de certas práticas e comportamentos no interior do espaço urbano. Seja no que tange à moral propriamente dita, seja apelando para o que é considerado feio, sujo ou sintoma de ignorância, os jornalistas desse periódico tratam o desenvolvimento de uma cidade como se ele implicasse de forma indelével a exclusão de certos indivíduos, portadores de certos hábitos. Nesse contexto, transparece muito claramente o quanto a manutenção de hábitos não condizentes com o perfil de "Cidade Presepe" que Vitória pleiteava para si, poderia esmaecer essa imagem para o "visitante". É patente, pela linha de argumentações arregimentadas ao longo das reportagens, uma preocupação com o que os "outros" iriam pensar da cidade, demonstrando como a construção de uma imagem da cidade estava calcada na suposta opinião daqueles que vinham de fora. A ausência de um restaurante condizente com determinados padrões é tratada nestes termos:

> Vitória está em falta de um restaurante de primeira ordem. [...] Quando se quer convidar uma pessoa de cerimônia, um turista, uma autoridade, qualquer "sujeito

> importante" para almoçar ou jantar com a gente fica-se deveras em grande dificuldade. A gente que é "zé povão" não faz questão e entra em qualquer restaurante onde há gente em mangas de camisa, suando pelos cotovelos, outros de macacão sujo [...] mas, quando a gente convida um amigo de certa ordem nos sentimos acanhados com essas coisas.[17]

A imagem que se pretendia edificar não poderia estar maculada por algumas mazelas presentes no seio da Capital, evidentes aos olhos. E a construção de um espaço urbano próximo do ideal implicava a ruptura com hábitos considerados impróprios, cujo motivo poderia ser uma suposta identificação com uma origem rural ou denotar o pertencer a uma classe social inferior. Em 1945, é publicada uma reportagem que trata de

> [...] pessoas que, embora morando na cidade, não perdem o hábito de gente de aldeia. [...] existe uma família que, sem a menor cerimônia, estende roupas brancas, as mais íntimas, na varanda da frente, formando para este fim um varal, semelhante aos que se vê nos morros habitados pelas lavadeiras. [...] Achamos que, em uma cidade civilizada, não deveriam ser permitidos esses costumes.[18]

Mas, além da indignação que o autor do texto acima deixa transparecer em relação à exposição das roupas, o conteúdo da reportagem, quando tomado na íntegra, evidencia também o motivo pelo qual essa crítica é feita: a residência em questão está situada no centro da Cidade, em um bairro de classe média, ao lado do Moscoso, o principal parque de Vitória naquela época. Os hábitos domésticos, além dessas considerações, que entremeiam ordem moral com valores estéticos, como a citada acima, também mereciam observações no que tange a uma higienização do espaço urbano. Nesse caso, em reportagens também claramente dirigidas à classe média, aparecem considerações sobre uma educação sanitária, conselhos sobre procedimentos mais adequados para a preservação da limpeza da cidade e da saúde dos moradores. Uma coluna, intitulada "Coluna Sanitária", desincumbe-se dessa atribuição, propagando preceitos de higiene e aconselhando os leitores sobre os procedimentos a serem adotados. Novamente, a linha de argumentação utiliza a imagem do progresso para justificar as alterações dos hábitos.

> As grandes cidades, com o seu notável progresso, cheias de vantagens e conforto, padecem dos desconhecidos males trazidos pela civilização. [...] Imagine-se, agora, o perigo decorrente de bater tapetes e outros panos nas janelas. [...] Essa poeira, carregada dos detritos da vida e da atividade humana, é atirada pelas donas-de-casa e pelas criadas nos transeuntes, possibilitando a transmissão de enfermidades.[19]

A organização de um espaço urbano limpo e higienizado esbarrava também na divisão de espaços, nos quais não cabiam certos personagens: os mendigos e as prostitutas foram os principais alvos dessas medidas "saneadoras". Nesse caso, o jornal assumia claramente que empreendia uma campanha de apelo às autoridades, cobrando medidas mais enérgicas para sanar esses problemas. Embora os argumentos utilizados para justificar a inclemência com a qual investiam contra esses personagens fossem aparentemente de ordem diversa, em ambos os casos, eram subsidiados por questões de fundo moral, que, em última instância poderiam ser reduzidas ao entendimento de que a pobreza, de qualquer espécie – no sentido estritamente moral ou não – era determinada por uma falha de ordem individual. Motivo pelo qual o que se requeria *sempre era uma ação mais efetiva por parte da* polícia . Uma reportagem de 1948, cujo título apenas já permite que se vislumbre com exatidão o tipo de atitude que esse periódico cobrava dos setores públicos, "Varrendo a Ilha de Vitória dos elementos indesejáveis", é ainda *mais explícita no texto:*

> A Polícia Civil, por intermédio dos seus representantes, iniciou a medida de "saneamento" dos elementos indesejáveis, existentes nesta capital. Assim é que todo e qualquer indivíduo que pelo seu modo de viver torne-se suspeito das autoridades terá que, além de apresentar seus documentos de identificação, comparecer à presença das autoridades competentes, afim de ser anotado em um livro "especial", qual o seu trabalho, onde o executa e sua atual residência.[20]

Personagens das mais freqüentes nas páginas policiais, as prostitutas eram as protagonistas dos escândalos narrados com indignação pelos jornalistas, principalmente quando, de alguma forma, ultrapassavam o meio delimitado para elas. As denúncias sobre prostituição quase sempre detêm-se em comentar episódios de escândalos que feriam o decoro público. É também o argumento da chegada do progresso à Vitória que serve como ponto de partida para uma reportagem que protesta contra o fato de a prostituição estar presente em pleno centro urbano:

> *Vitória, ninguém* pode contradizer nossa assertiva, já está bastante civilizada para não mais comportar certos fatos que a tornam desgraciosa e mesmo, contribuem para sua desmoralização. Queremos falar *sobre certos "estabele-cimentos"* que existem em pleno coração da cidade, onde uma senhora honrada nem por suas portas pode passar.[...] Urge uma medida à suspensão de tais "casas suspeitas.[21]

A chegada do progresso a Vitória, a crença de que o desenvolvimento alastrava-se pela cidade, é ainda mais claramente perceptível nas reportagens que tratam da instalação de indústrias, inauguração de obras públicas e outras situações que se

configuravam como signos dessa transformação que sempre, ano após ano, estava quase tornando a "Cidade Presepe" em metrópole. Fala-se aqui de um progresso que, repetidamente, é anunciado como "quase" chegando, pelo tom adotado nas reportagens em que, reportagens, ao falarem da instalação de uma indústria, das reformas do Porto, etc., sempre são colocadas outras cidades ou portos – considerados como os maiores e o melhores – como parâmetro para explicar o que Vitória chegaria a ser no futuro. Assim, quando se fala da exportação de minério de ferro, compara-se Vitória a Narwick, porto norueguês que durante a Segunda Guerra – então em curso – desempenhava um importante papel. O Espírito Santo estaria dotado, após concluídas as obras,

> [...] de um pôrto exportador completo em tudo e por tudo, sob os requisitos de uma técnica moderna perfeita, nada ficando a desejar com as grandes construções hodiernas, no gênero, do mundo, Narwick, por exemplo [...] Vitória será mesmo, de futuro, a Narwick brasileira.[22]

A comparação da Cidade com outras, das quais tentava aproximar-se, também era feita em relação a outros aspectos, que poderiam reverter a posição do Estado, alçando-o ao menos para próximo dos outros da Federação. É perceptível, ao lado de um discurso que pregava a crença em um progresso que não tardaria a chegar, um reconhecimento da posição pouco confortável que o Estado ocupava perante muitos outros.

Mas, no que tange a uma imagem do Espírito Santo negada por alguns e silenciada pelo jornal, é a partir de uma contraposição à idéia de que o Estado era atrasado, pobre e pouco afeito ao desenvolvimento que uma coluna, publicada em 1941, demonstra justamente quais eram os pontos que preocupavam os capixabas:

> Aqui se creou uma espécie de ditado, de círculo de ferro onde se afirma que este Estado é pequenino, mesquinho, inferior, e que tudo aqui é como a terra, acanhado, apertado e sem horizontes. [...] Escrevendo essas linhas quero mostrar aos que dizem que o Espírito Santo é pequeno, como se eles enganam. Aqui é a miniatura do Brasil.[23]

São esses aspectos, contraditórios entre si, que se procurou retomar para tratar do processo de urbanização em Vitória durante duas décadas. Mesmo considerando a unilateralidade da fonte utilizada – um jornal – ela serviu para desvelar a forma como ao menos uma parte das transformações ocorreram, e a postura do periódico em relação aos fatos narrados, por si, já fornece dados sobre o pensamento de um setor que muito claramente é o público leitor. Assim, imagem de um progresso que estava sempre por acontecer; a vinda dos migrantes recebidos como intrusos mas, por outro lado, a confiança que depositavam em alguns outros desconhecidos por motivos diversos; as tentativas de se incutirem novos hábitos

considerados mais apropriados para uma vida na cidade, mas também as execrações sobre os comportamentos inadequados, e o modo como um periódico trata dessas questões constituem algumas das várias facetas de uma cidade diante das transformações. ■

Notas

1 PROUST, Marcel. **O tempo redescoberto.** 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1971. (p. 38)

2 PORTO, Ruy. A televisão vai revolucionar Vitória. **A Tribuna.** Vitória, p. 5, 13/10/1960.

3 SIQUEIRA, Maria da Penha. **O Porto de Vitória. Expansão e modernização (1950 – 1993).** Vitória: CODESA, 1994. (p. 39)

4 CARVALHO, D. O. Vitória: centro de turismo. **A Tribuna.** 23/11/1944, p. 8.

5 SEGUIN des HONS, André de. **Le Brésil: presse et histoire (1930 – 1985).** Paris: Editions L' Harmattan, 1985. (p. 14-15)

6 LE GOFF, Jacques. As mentalidades: uma história ambígua. _____ ; NORA, Pierre.(org.) **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (p. 77)

7 **A Tribuna.** Falsos mendigos. 05/08/1941. (p. 8)

8 **A Tribuna.** Furtou e foi parar na 'gaiola'. 07/ 08/ 1941. (p. 8)

9 **A Tribuna.** A Cidade está cheia de forasteiros. 25/10/1944. (p.8)

10 OLIVEIRA, Arlon. Forasteiros. In: **A Tribuna.** 08/10/1960. (p. 8)

11 VALLE, Eurípedes Queiroz do. **O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses.** 3. ed. Rio de Janeiro: Apex, 1971. (p. 52)

12 **A Tribuna.** Se dizia oficial da aeronáutica e foi preso. 22/01/1948. (p. 8). Os termos entre aspas foram retirados da própria reportagem.

13 As reportagens são, respectivamente: "O 'Mineirinho' foi ajustar contas com a polícia". e "Tirem a máscara moleques". **A Tribuna.** 15/11/ 1944.(p. 8)

14 OLIVEIRA, Luiz. Batalhão de Tarzans. In: **A Tribuna**. 24/10/1945. (p.2)

15 **A Tribuna.** Vamos olhar para Vitória ? 08/07/ 1945. (p. 8)

16- LOPES, Maria I. Vassalo. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico.** 2. ed. SP: Loyola, 1994. (p. 18)

17 **A Tribuna.** A falta de um melhor restaurante em Vitória. 15/09/1945. (p. 8)

18 **A Tribuna.** Uma janela embandeirada ! 25/01/ 1945. (p. 8)

19 ALMEIDA, Nuno Guerner de. Máu hábito doméstico. In: **A Tribuna.**16/10/51. (p. 5)

20 **A Tribuna.** Varrendo a Ilha de Vitória dos elementos indesejáveis. 24/01/1948. (p.8)

21 **A Tribuna.** Casas suspeitas de 'portas abertas' em pleno coração da cidade. 04/07/1945. (p. 2)

22 **A Tribuna.** Siderurgia: Vitória, a futura Narwick brasileira. 15/03/1941. (p. 8)

23 DESSAUNE, Jair E. O Espírito Santo lá fora. In: **A Tribuna.** 31/01/1941. (p. 3).